

Tendências/Debates

anc

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

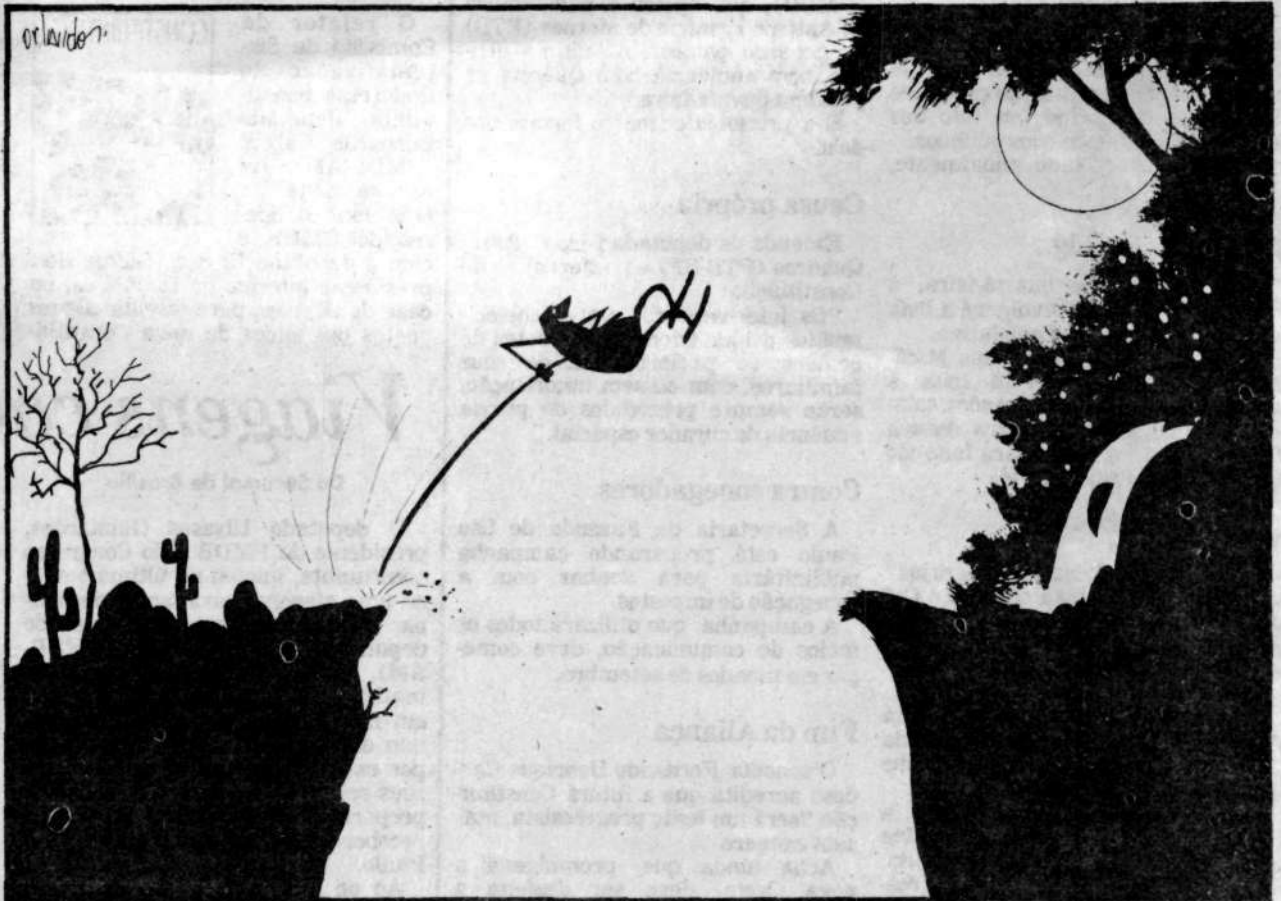
Qualidade de vida e cidadania

JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI

Nos debates que se travam hoje sobre a crise que o país atravessa, a dívida externa ocupa o lugar mais importante no rol das preocupações das elites dirigentes e será paga, como sempre, com o sacrifício da população. Pode-se dizer o mesmo da dívida política, que vem sendo amortizada em doses homeopáticas pela chamada abertura democrática, que se prolonga por mais de dez anos e ainda não conseguiu traduzir-se na melhoria da qualidade de vida dos segmentos mais carentes. A Constituinte, uma esperança em seus primórdios, reflete, como não poderia deixar de ser, a concentração do poder político e econômico nas mãos dos grupos privilegiados e uma razoável imaturidade e despreparo em sua condução. Enquanto isso, milhões de brasileiros, como sempre, permanecem alheios a quaisquer benefícios econômicos, sociais e culturais.

As perspectivas não são otimistas. O país vive um período difícil e a distribuição de renda através de aumentos salariais, medida em si justa e necessária, seria agora extremamente prejudicial ao sistema econômico e um foco incontrolável de inflação. O que se deveria fazer então para mitigar os efeitos perversos da crise sobre os despossuídos? Está em nossas mãos, e talvez seja esta a única solução racional no momento, a implementação de um extenso processo de distribuição de renda através de programas sociais governamentais, particularmente nas áreas de educação e saúde, algo semelhante à política adotada pelo presidente Franklin D. Roosevelt nos Estados Unidos para enfrentar os piores efeitos da depressão nos anos 30. Trata-se da forma possível de resgatar as carências sociais acumuladas num longo período de insensibilidade e também um meio de se garantir a retomada futura do desenvolvimento.

Muitos poderiam perguntar: é factível essa proposta numa fase de contração econômica? Não há dúvida que sim, e os exemplos estão aí para demonstrar que, ao se confiar a técnicos competentes a condução dos programas de investimento na área social, é possível não somente atrair recursos nacionais e internacionais para esses empreendimentos, como também obter resultados relevantes de impacto imediato. Para tanto, é



mister inovar o enfoque organizacional, integrando-se programas inter-setoriais com objetivos sociais globais. Numa época de recursos escassos em que é preciso usar a criatividade, temos, no Brasil, muito pouca experiência em programas globais com objetivos sociais amplos que se utilizam da contribuição de vários órgãos públicos e isto se deve, em parte, à inexistência de pessoal treinado em desenvolvimento global, uma falha gritante nos programas de pesquisa e pós-graduação nas áreas de educação e saúde.

Experiências como o projeto "Centre Pédagogique Supérieur", de Bamako, na África, patrocinado pela Unesco/PNUD, e o projeto Multinacional para a Melhoria do Ensino de Ciências, organizado pela Organização dos Estados Americanos, são exemplos de metas de fôlego resultantes do inconformismo e do reconhecimento da inadequação dos padrões de atendimento tradicionais. O

mesmo poderia ser dito do Programa de Formação Integral da Criança aplicado pelo Estado de São Paulo, um exemplo de como abrigar uma quantidade apreciável de crianças pobres em escolas públicas sem construir um metro quadrado a mais de área, bem como o programa de Galba de Araújo, no interior do Ceará, uma rede de atendimento formada por parteras práticas e profissionais pertencentes ao sistema de saúde tradicional que, a custos baixíssimos, conseguiu reduzir os índices de mortalidade materna e infantil na região.

Essa é a grande revolução que precisa ser feita e que não pode esperar pela nova Constituição, pelo pagamento da dívida externa ou pelo coroamento da abertura democrática. A crescente pobreza precisa ser enfrentada e os recursos são suficientes, desde que se empregue a criatividade e se tome providências para que as verbas destinadas à área

social não se percam no meio do caminho, como mostra um estudo recentemente realizado por economistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), segundo o qual apenas 10% do montante original aportam ao objetivo final.

Muito mais do que liberdade de expressão, organização e participação popular majoritária nas decisões nacionais, a democracia é a garantia a todos os cidadãos de condições dignas de alimentação, saúde, educação e moradia. O sentido correto do desenvolvimento será retomado quando o país canalizar sua atenção para o resgate da dívida social, devolvendo às massas marginalizadas um mínimo de qualidade de vida compatível com o exercício da cidadania.

JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI, 52, médico, atual secretário da Saúde do Estado de São Paulo (governo Quéricio), foi reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e secretário da Educação do governo Montoro.

As esperanças evaporam-se no ar

FERNANDO REZENDE

De repente, tudo o que parecia sólido desmancha-se na baixa umidade do ar. O projeto de reforma constitucional, produto de um enorme esforço de convocação da sociedade brasileira para a reconstrução da ordem democrática e da justiça social, não conseguiu resistir ao clima adverso do mês de agosto. Expostas à secura do planalto central, as esperanças de consolidação dos direitos sociais e de restauração do equilíbrio federativo evaporam-se no ar.

O conjunto disforme do primeiro anteprojeto da Comissão de Sistematização é rejeitado como um ser defeituoso. Para uns é demasiadamente extenso. Para outros um ser bifronte; uma face carrancuda e conservadora na ordem econômica oposta a um rosto romântico e progressista na ordem social. Olhares mais atentos poderiam ainda identificar indícios concretos de xifopagia, com outras cabeças ameaçando a hegemonia do tronco principal. Só uma profunda cirurgia, sem chances de sobrevivência, poderia evitar as inconveniências e o vexame de conviver com tamanha anomalia.

As pressas, vários grupos de exterminadores são mobilizados. Em

curtíssimo espaço de tempo, substitutivos completos ao primeiro projeto da Constituinte são preparados. Cada um, a seu gosto, imagina o perfil adequado de uma Constituição compatível com a importância do país e os anseios de modernização nacional. Questões de grande complexidade e que deveriam submeter-se a estudos mais profundos são revistas e reformuladas no grito. No pregão de interesses em que transforma-se a negociação casuística de matérias de grande transcendência, a voz do povo não encontra adequada ressonância. Corremos o risco de matar o "Bebê de Rosemary" para fertilizar, na proveta, o embrião do "Belo Antônio".

O capítulo tributário oferece um bom exemplo das marchas e contramarchas de um processo de mudanças eivado de conflitos. Durante mais de quatro meses, os debates na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Constituinte aprofundaram exaustivamente o diagnóstico dos principais problemas existentes, a análise das proposições alternativas de mudança e o mapeamento dos conflitos. Intensas negociações conduziram a um projeto que,

embora passível de aperfeiçoamento, introduz inúmeros aspectos positivos em comparação ao sistema vigente. A característica principal desse projeto é a reversão gradual da centralização da receita tributária na linha do fortalecimento do sistema federativo. Avanços importantes são também contemplados com respeito à simplificação do sistema tributário e à garantia do contribuinte frente à voracidade fiscal do Estado. É claro que existem importantes problemas não devidamente equacionados nesse projeto, como os referentes à desejável sincronia entre a descentralização de recursos e a absorção de maiores responsabilidades por Estados e municípios; mas é preciso evitar que a revisão integral de todo o capítulo signifique um retrocesso no tocante aos avanços já alcançados nessa etapa das mudanças constitucionais.

Mais sério ainda é o risco de serem anulados os progressos realizados no que diz respeito à revisão dos mecanismos de financiamento das políticas sociais. Na situação atual, a dependência de recursos provenientes de contribuições sobre a folha de salários torna os programas sociais altamente sensíveis aos ciclos eco-

nômicos, criando uma situação duplamente perversa: nos momentos de crise, em que o desemprego agrava as dificuldades do povo, a capacidade de resposta do Estado à exacerbação das demandas sociais torna-se ainda mais reduzida. O princípio da diversificação das bases de financiamento das políticas sociais e a instituição de garantias adequadas contra o avanço de outros setores sobre os recursos destinados a programas voltados para a melhoria das condições de vida do povo podem ser excluídos do texto constitucional, a prevalecerem as versões alternativas que vêm sendo elaboradas no Congresso.

Cabe reconhecer que as deformidades e inconsistências que caracterizam o primeiro projeto da nova Constituição refletem as contradições da própria sociedade brasileira. Antes de rejeitar inteiramente o produto gerado pela manifestação coletiva das forças vivas da nação, cabe examinar, com mais humildade, as possibilidades efetivas de aperfeiçoamento.

FERNANDO REZENDE, 46, é professor da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (RJ) e foi secretário-executivo da Comissão Interministerial de Reforma Tributária e Descentralização Política-Administrativa.